

O período entre a renúncia de Jânio Quadros à presidência do Brasil, em agosto de 1961, e o golpe civil-militar de março/abril de 1964 é marcado por grandes conflitos no cenário político e social brasileiro. Grosso modo, de um lado, a defesa de mudanças na estrutura social brasileira, através das reformas de base; de outro, setores sociais dispostos a manter o *status quo*. A partir deste contexto, torna-se inevitável o embate entre grupos opostos quanto aos rumos a ser tomado pelo Brasil. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), organização a qual pertencia o então presidente João Goulart, apresenta um papel decisivo neste momento histórico: foram, em grande parte, suas lideranças que assumiram a bandeira do reformismo social e passaram a lutar de maneira cada vez mais radical por tais mudanças ao lado de outros movimentos sociais como sindicatos, associações de militares subalternos, estudantes, camponeses, etc. A presente pesquisa busca compreender a repercussão desta radicalização política – radicalização aqui entendida como uma luta entre segmentos políticos e sociais antagônicos pela execução, ou não, de determinados projetos e ideias - dentro do PTB e como ela se expressa em termos sócio-político nos quadros petebistas do município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. Busca-se elucidar o posicionamento do PTB canoense diante dos acontecimentos como o “movimento da Legalidade”, sua visão acerca das posturas de lideranças do partido, como Brizola e Goulart, naquele contexto. Em suma, compreender como os atores políticos locais colocavam-se quanto a estas e outras questões do período pré-golpe. As fontes utilizadas na pesquisa são as Atas da Câmara de Vereadores de Canoas, entre agosto de 1961 e abril de 1964, bem como periódicos canoenses da época, como *O Gaúcho*, e entrevistas com personalidades que tiveram alguma atuação no município naquele período, como ex-petebistas, militares, etc., além da bibliografia especializada sobre o período histórico em questão.